



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (16) 3303.2999

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2024 E DE 2023 E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**





IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2999

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. | 03 |
| BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO) e (PASSO). | 09 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | 10 |
| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 11 |
| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA. | 12 |
| NOTAS EXPLICATIVAS | 13 |

**Aos Administradores da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
CNPJ: 43.964.931/0001-12**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1), incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (R1) Entidades sem fins lucrativos.

Ênfase

Sem alterar nossa opinião, informamos que a entidade possui algumas questões que chamaram a atenção da auditoria tais como:

- a) No exercício de 2024, a entidade atualizou o valor provisionado para contingências cíveis para R\$ 14.934.959,31, comparado ao montante de R\$ 7.734.825,01 provisionado no exercício anterior. Esta atualização decorre do envio de planilha contendo o valor total dos processos cíveis. No entanto, destacamos que a referida planilha não apresenta os respectivos prognósticos jurídicos (classificações quanto à probabilidade de perda – provável, possível ou remota), o que compromete a adequada avaliação da suficiência do saldo provisionado, bem como a transparência da divulgação em nota explicativa, conforme requerido pelo item 92 do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- b) No exercício de 2024, a entidade apresentou avanços na gestão do ativo imobilizado, inclusive com a contratação de profissional para realização de levantamento físico, controle analítico e emplaquetamento dos bens. Observamos que, até a data da auditoria, os saldos registrados contabilmente estavam em conformidade com os dados

apresentados nos relatórios gerenciais de controle patrimonial. Entretanto, destacamos que permanece pendente a realização do teste de recuperabilidade (impairment) dos ativos, conforme exigido pelo item 7 do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

- c) No exercício de 2024, foram identificadas divergências entre os saldos contábeis e os relatórios financeiros operacionais extraídos do sistema MV, especialmente nas contas a pagar e de estoques. Também foram constatadas contas com saldos registrados sem o devido respaldo em relatórios do sistema, sendo conciliados mediante planilhas eletrônica em Excel como no caso da conta de adiantamento a clientes, depósitos judiciais, parcelamento FGTS.
Em função dessas inconsistências, o departamento contábil realizou ajustes contábeis relevantes, visando o alinhamento entre os registros financeiros e os dados operacionais, além de promover correções em saldos que não apresentavam composição analítica adequada.
- d) No exercício de 2024, a entidade conseguiu reduzir seu endividamento com fornecedores, médicos e prestadores de serviços em 29,20%. Apesar dessa melhoria, esse tipo de endividamento ainda corresponde a 11% das obrigações totais a pagar pela entidade, levando em conta tanto o Passivo Circulante quanto o Passivo Não Circulante.
- e) No exercício de 2024, a entidade obteve uma redução de 19,82% em seu endividamento bancário, totalizando R\$ 34,8 milhões contra R\$ 43,4 milhões no exercício anterior. Apesar da melhora, o endividamento bancário ainda representa 34% do total das obrigações da entidade (considerando passivos circulante e não circulante), o que demanda atenção contínua à gestão financeira e à sustentabilidade do endividamento de longo prazo.
- f) As Subvenções a Realizar representam uma parcela significativa, correspondendo a 7% do montante total do passivo de curto e longo prazo da entidade.
- g) As contingências cíveis e trabalhistas representam 17% das obrigações a pagar que a entidade possui no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.
- h) As Obrigações Sociais e Trabalhistas representam 7% das obrigações a pagar que a entidade possui no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.
- i) As Outras Obrigações a Pagar representam 21% das obrigações a pagar que a entidade possui no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (RI), incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução 1.409/12 - ITG 2002 (RI) - Entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar

suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram examinadas pela MB Auditores Independentes, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido no dia 29 de abril de 2024.

Bebedouro-(SP), 28 de abril de 2025.



MB-AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
CNPJ 03.805.426/0001-00
CRC – 2SP 021390/O-7
MARCELO BOCK
CONTADOR CRC - 1SP 128.524/O-0



Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Balanco Patrimonial – Ativo e Passivo

| DESCRIÇÃO | N.E | 2024 | 2023 | | N.E | 2024 | 2023 |
|---|-----------|--------------------|--------------------|--|-----------|--------------------|--------------------|
| ATIVO | | | | PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| CIRCULANTE | | 65.315.976 | 39.369.612 | CIRCULANTE | | 55.648.757 | 67.756.396 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 6 | 34.807.201 | 10.195.517 | Fornecedores de bens e serviços | 17 | 11.316.012 | 16.098.180 |
| Caixa | 6 | 11.232 | 8.374 | Obrigações com Empregados | 18 | 7.122.279 | 6.295.056 |
| Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição | 6 | 16.651 | 28.293 | Obrigações Tributárias | 19 | 1.388.466 | 968.027 |
| Banco C/Movimento – Recursos com Restrição | 6 | 504 | 162 | Empréstimos e Financiamentos a Pagar | 20 | 7.915.543 | 10.175.876 |
| Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição | 6 | 5.741.208 | 210.057 | Subvenções e Assist. Governamentais a Realizar | 21 | 7.159.191 | 26.436.309 |
| Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição | 6 | 29.037.606 | 9.948.630 | Outros Valores a Realizar | 22 | 15.493.874 | 1.038.401 |
| Créditos a Receber | 7 | 23.268.239 | 9.262.338 | Outros Débitos a Pagar | 24 | 5.253.392 | 6.744.547 |
| Contas a Receber | 7 | 23.268.239 | 9.262.338 | | | | |
| Subvenções Governamentais | 8 | 900.000 | 14.162.980 | | | | |
| Adiantamentos a Empregados | 9 | 27.064 | 424.993 | | | | |
| Adiantamentos a Fornecedores | 10 | 1.295.564 | 818.682 | | | | |
| Adiantamentos Diversos | 11 | 44.128 | 449.532 | | | | |
| Estoques | 12 | 4.973.781 | 4.055.570 | | | | |
| Estoques (Materiais Hosp. Medicamentos, Demais) | 12 | 4.973.781 | 4.055.570 | | | | |
| NÃO CIRCULANTE | | 85.424.783 | 84.022.439 | NÃO CIRCULANTE | | 45.445.789 | 43.105.775 |
| Realizável a Longo Prazo | | 1.487.925 | 967.530 | Empréstimos e Financiamentos a Pagar | 20 | 26.916.710 | 33.201.580 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 13 | 1.487.925 | 967.530 | Fornecedores de bens e serviços | 17 | 300.006 | 308.902 |
| | | | | Obrigações Tributárias | 19 | 573.553 | 597.337 |
| Investimentos | 14 | 25.524 | - | Provisão p/ Contingências | 23 | 17.655.520 | 8.875.456 |
| Investimentos Permanentes | 14 | 25.524 | - | Outros Débitos a Pagar | 24 | - | 122.500 |
| | | | | | | | |
| Imobilizado | 15 | 83.911.334 | 83.054.373 | | | | |
| Bens sem Restrição | 15 | 88.130.550 | 86.845.428 | | | | |
| Bens com Restrição | 15 | 32.428.767 | 29.343.464 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 25 | 49.646.213 | 12.529.879 |
| (-) Depreciação Acumulada | | (36.647.983) | (33.134.520) | Patrimônio Social | 25 | (19.158.497) | (25.173.067) |
| Intangível | 16 | - | 536 | Outras Reservas | 25 | 38.155.145 | 38.155.145 |
| Direitos de Uso de Softwares | | 787.530 | 787.530 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 25 | 38.155.145 | 38.155.145 |
| Direitos de Autor e de Marcas | | - | - | Superávit ou Déficit Acumulado | 25 | 30.649.564 | (452.200) |
| (-) Amortização Acumulada | | (787.530) | (786.993) | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 150.740.759 | 123.392.051 | TOTAL DO PASSIVO | | 150.740.759 | 123.392.051 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2999

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Demonstração de Resultado do Exercício

| DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO | N.E | 2024 | 2023 |
|--|------------|----------------------|---------------------|
| RECEITAS OPERACIONAIS | | | |
| Com Restrição | | 42.696.274 | 25.879.914 |
| Receitas de Subvenções | | 42.696.274 | 25.879.914 |
| Sem Restrição | | 166.771.576 | 87.054.728 |
| Receitas de Convênios SUS | | 145.145.708 | 69.340.366 |
| Receitas de Convênios - NÃO SUS | | 15.305.809 | 12.192.740 |
| Receitas Particulares | | 882.127 | 598.868 |
| Contribuições e Doações Voluntárias | | 5.437.931 | 4.922.754 |
| Total das Receitas | | 209.467.850 | 112.934.642 |
| (-) Deduções da Receita Bruta | | | |
| (-) Glosas de Convênios | | (293.243) | (205.329) |
| Receita Operacional Líquida | | 209.174.607 | 112.729.313 |
| CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS | | | |
| Custos dos Serviços Assistenciais Prestados | | (71.987.207) | (30.401.634) |
| Despesas c/ Consumo de Materiais e Medicamentos | | (29.740.690) | (22.389.991) |
| Total de Custos e Despesas Operacionais | | (101.727.897) | (52.791.625) |
| RESULTADO BRUTO | | 107.446.710 | 59.937.688 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | |
| Administrativas | | | |
| Salários e Encargos Sociais | 26 | (49.861.642) | (43.423.608) |
| Administrativas e Gerais | | (13.441.993) | (9.114.172) |
| Tributária | | (108.871) | (223.849) |
| Depreciação e Amortização - Com Restrição | | (1.143.976) | (1.266.868) |
| Depreciação e Amortização - Sem Restrição | | (2.981.229) | (2.695.875) |
| Total das Despesas | | (67.537.710) | (56.724.372) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 39.909.000 | 3.213.316 |
| Outras despesas/receitas operacionais | | | |
| Outras Receitas Operacionais | | 5.911.239 | 5.107.324 |
| Reversão das Despesas com Contingências | | - | 207.308 |
| Despesas com Contingências | | (8.780.064) | (35.128) |
| Despesas Patrimoniais | | (1.653.027) | (1.037.051) |
| Total Outras Receitas e Despesas Operacionais | 27 | (4.521.852) | 4.242.453 |
| Resultado Financeiro | | | |
| Receitas Financeiras | | 1.212.011 | 672.428 |
| Despesas Financeiras | | (5.949.595) | (8.580.396) |
| Total Resultado Financeiro Líquido | 28 | (4.737.583) | (7.907.968) |
| Benefício fiscal usufruído | 31 | 17.452.130 | 13.333.033 |
| (-) Benefício fiscal usufruído | | (17.452.130) | (13.333.033) |
| SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO | | 30.649.564 | (452.199) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2999

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
DMPL - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO
EM REAIS (R\$)

| Descrição | Patrimonio Social | Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) | Superávit / Déficit acumulado | Total |
|--|---------------------|---------------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | (21.620.533) | 38.155.145 | (5.758.743) | 10.775.869 |
| Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social | (5.758.743) | | 5.758.743 | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 2.206.209 | | | 2.206.209 |
| Déficit do Exercício | | | (452.200) | (452.200) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | (25.173.067) | 38.155.145 | (452.200) | 12.529.879 |
| Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social | (452.200) | | 452.200 | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 6.466.770 | | | 6.466.770 |
| Superávits / Déficit do Exercício | | | 30.649.564 | 30.649.564 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | (19.158.497) | 38.155.145 | 30.649.564 | 49.646.213 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2999

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Demonstração do fluxo de caixa

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS (R\$)

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---|--------------------|---------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Déficit de exercício | 30.649.564 | (452.200) |
| Ajustes por: | | |
| Depreciações do ativo imobilizado | 4.124.669 | 3.956.093 |
| Amortização do intangível | 536 | 6.650 |
| Provisão (reversão) de contingências | - | 207.308 |
| (Aumento) redução nos ativos: | | |
| Recursos de subvenções | 13.262.980 | 1.406.509 |
| Contas a receber | (14.005.900) | 13.983.573 |
| Estoques | (918.210) | (341.954) |
| Outros créditos | 326.451 | (1.157.797) |
| Depósitos judiciais | (520.395) | 525.109 |
| (Redução) aumento nos passivos: | | |
| Fornecedores e prestadores de serviço | (4.791.064) | 42.738 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 827.223 | 161.846 |
| Obrigações tributárias | 396.655 | (268.764) |
| Subvenções a realizar | (19.277.117) | 3.492.151 |
| Outras obrigações | 12.841.817 | 1.043.599 |
| Caixa líquido nas atividades operacionais | 22.917.208 | 22.604.861 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível | (5.640.329) | (7.710.509) |
| Caixa líquido nas atividades de investimentos | (5.640.329) | (7.710.509) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Captações | 19.534.821 | 7.914.022 |
| Juros Passivos e Outros Encargos | 1.212.011 | 601.281 |
| Pagamentos de Financiamentos(juros) | (4.883.894) | (8.336.859) |
| Pagamento de Financiamentos (principal) | (8.528.133) | (12.269.563) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | 7.334.805 | (12.091.120) |
| Redução no caixa e equivalentes de caixa | 24.611.684 | 2.803.232 |
| Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 10.195.517 | 7.392.285 |
| No fim do exercício | 34.807.201 | 10.195.517 |
| Redução no caixa e equivalentes de caixa | 24.611.684 | 2.803.232 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2999

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara
CNPJ: 43.964.931/0001-12
Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, pessoa jurídica de direito privado de finalidade não lucrativa, declarada de utilidade pública pela Lei Estadual no 4.391 de 21 de novembro de 1957 pela Lei Municipal no 797 de 4/4/1960 e pelo Decreto Federal n o 65.084 de 29/8/1969, com sede na cidade de Araraquara - SP, Avenida José Bonifácio, 794, fundada em 25 de fevereiro de 1902, com prazo de duração indeterminado.

Seu objetivo principal é a prestação de serviços na área de assistência médica e hospitalar; podendo criar ou instituir outros, quando possível, onde serão admitidos interna e externamente para tratamento, pessoas de qualquer condição social, com ou sem recursos, respeitados os princípios cristãos, beneficentes e humanitários, na acepção legal do termo, sendo sempre observado, quanto ao seu tratamento, à capacidade operacional disponível, na forma da legislação em vigor.

Essas demonstrações financeiras contemplam a posição patrimonial e financeira da Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, inscrita no CNPJ. Nº 43.964.931/0001-12.

A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras considerando o histórico de operações da Entidade, as projeções futuras de geração de caixa, a possibilidade de manutenção de créditos por terceiros e partes relacionadas para a captação de recursos de curto e longo prazo na forma de recursos SUS, Subvenções, Incentivos, empréstimos e financiamentos.

A instituição detém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social emitido pelo Ministério da Saúde. Em 15 de agosto de 2023, a Portaria nº 644, publicada no Diário Oficial da União, confirmou a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência

Social (CEBAS) até 31 de dezembro de 2024. Informa ainda que que protocolou, junto ao Ministério da Saúde, o pedido de **renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS**, conforme Declaração emitida em 10/03/2025 (Processo nº 25000.034608/2025-25).

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidade de Lucros para preparação de suas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 28 de abril de 2025.

A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.



2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 4.1.



3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade:

- i) Caixa e equivalentes de caixa;
- ii) Recursos de subvenções;
- iii) Contas a receber; e
- iv) Outros créditos.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são:

- v) Empréstimos e financiamentos a pagar;
- vi) Fornecedores e prestadores de serviço a pagar;
- vii) Passivo de arrendamento; e
- viii) Outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.



A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.



3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

3.3 Recursos de subvenções

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares.

De acordo com os contratos de convênio, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade (custeio ou investimento).

3.4 Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O

custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

3.6 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

| Descrição | Vida útil estimada em anos |
|--|----------------------------|
| Edifícios | 40 |
| Instalações | 14 |
| Móveis e utensílios | 7 |
| Máquinas, equipamentos e instrumentais | 8 |
| Equipamentos de informática | 4 |
| Bens de pequeno valor | 7 |



Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

3.7 Intangível

Representado por gastos com softwares adquiridos separadamente, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

3.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e



o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

3.10 Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviço são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido nas sobras ou perdas do exercício, como dispêndios/ despesas operacionais.

3.12 Outros ativo e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.13 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

3.13.1 Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.13.2 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.13.3 Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.14 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

(i) Subvenção para custeio

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

(ii) Subvenção para investimento

Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

3.15 Apuração do resultado contábil

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

3.16 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros



integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras receitas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício.

3.17 Receita com doações

As receitas de doações são registradas no resultado do exercício quando do recebimento. Os recursos recebidos como doação podem ser em espécie, bem como também em produtos, como por exemplo materiais e medicamentos. São registrados nos Estoques pelo valor da nota de doação.

3.18 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.19 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente no patrimônio líquido.

3.20 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Estimativa e julgamento contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais os respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa "impairment"

Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, conforme nota explicativa 7.

b) Vida útil estimada do ativo imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado conforme nota explicativa 15.



c) Provisão para contingências

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 23.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Entidade. Apesar de não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Entidade possui práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos de taxas de juros, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são: risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Entidade que é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos oriundos do uso de instrumentos financeiros:

5.1.1 Risco de crédito

Os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, principalmente os recebíveis de convênios. A Entidade não exige garantias com relação às contas a receber de convênios e outros créditos. Os valores contábeis financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis está representada a seguir:

| | 2024 | | | 2023 | | |
|---|--------------------|----------------|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|
| | Circulante | não circulante | Total | Circulante | não circulante | Total |
| Contas a receber | | | | | | |
| Convênios (i) | 5.056.990 | - | 5.056.990 | 5.371.057 | - | 5.371.057 |
| Sistema Único de Saúde- SUS(i) | 11.641.452 | - | 11.641.452 | 6.019.824 | - | 6.019.824 |
| Prefeitura Municipal de Araraquara (ii) | 10.214.296 | - | 10.214.296 | 1.376.975 | - | 1.376.975 |
| Pacientes particulares (i) | 30.727 | - | 30.727 | 35.666 | - | 35.666 |
| | 26.943.465 | - | 26.943.465 | 12.803.522 | - | 12.803.522 |
| Provisão para perdas sobre créditos | | | | | | |
| (-) PPSC (iii) - NÃO SUS | (2.441.208) | | (2.441.208) | | | |
| (-) PPSC (iii) - SUS | (1.234.019) | - | (1.234.019) | (3.541.184) | | (3.541.184) |
| | (3.675.227) | - | (3.675.227) | (3.541.184) | | (3.541.184) |
| | 23.268.239 | - | 23.268.239 | 9.262.338 | - | 9.262.338 |

Os recursos financeiros estão aplicados em modalidades de baixo risco e em bancos de primeira linha. A carteira está pulverizada, sendo o maior valor das contas a receber distribuídos entre sistema único de saúde – SUS e Convênios. A entidade conforme mencionado na nota explicativa 7, possui a provisão de perdas sobre créditos que em 2024 foi de R\$ 3.675.227 e em 2023 foi de R\$ 3.541.184 conforme quadro acima .

5.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa.

As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros, fornecedores e prestadores de serviços médicos.

Face as dificuldades de fluxo de caixa da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde.

Na data base das demonstrações financeiras de 2024 o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,17 e 0,66 (0,58 e 0,36 em 2023), respectivamente, indicando a falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

♦ **Liquidez Corrente:**

$$2024: \frac{65.315.976}{55.648.757} \approx 1,17$$

$$2023: \frac{39.369.612}{67.756.396} \approx 0,58$$

♦ **Liquidez Geral:**

$$2024: \frac{65.315.976 + 1.487.925}{55.648.757 + 45.445.789} = \frac{66.803.901}{101.094.546} \approx 0,66$$

$$2023: \frac{39.369.612 + 967.530}{67.756.396 + 43.105.775} = \frac{40.337.142}{110.862.171} \approx 0,36$$

A Entidade realiza o monitoramento do seu fluxo de caixa e busca otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Face a desafiadora e complexa situação financeira da Entidade o gerenciamento das obrigações envolve a priorização de atividades essenciais ao atendimento à saúde. Com isso, certas obrigações têm tido seus prazos de pagamentos postergados.

Além disso, a Entidade está num intenso processo de renegociação com seus principais devedores no sentido de adequar seus fluxos e prazos de pagamentos as suas expectativas de geração de caixa, sem prejuízo da continuidade das operações e imagem da Entidade.

5.1.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como a possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço; essas oscilações podem provocar alterações nas receitas e custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar essas exposições dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com a convenção coletiva da categoria.

5.1.4 Risco de taxas de juros

A Entidade não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados. As operações bancárias (financiamentos) estão indexadas a taxas fixas que oscilam 0,84% a 0,95% a.m.

6 Caixa e equivalentes de caixa

| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2024 | 2023 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa - (a) | 11.232 | 8.374 |
| Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição - (a) | 16.651 | 28.293 |
| Banco C/Movimento – Recursos com Restrição - (b) | 504 | 162 |
| Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição - (a) | 5.741.208 | 210.057 |
| Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição - (b) | 29.037.606 | 9.948.630 |
| Total Caixa e Equivalentes de Caixa | 34.807.201 | 10.195.517 |

a) Recursos sem restrição: Os saldos em caixa, contas bancárias sem limitações e investimentos de liquidez imediata representam valores disponíveis para serem empregados nas operações cotidianas da Santa Casa, conforme estabelecido nas normativas financeiras vigentes.

b) Recursos com restrição: Estes fundos são direcionados para fins específicos relacionados ao custeio de atividades hospitalares, tais como pagamento de salários de profissionais de saúde, aquisição de medicamentos e insumos médicos, manutenção de equipamentos, despesas operacionais e outros custos inerentes ao funcionamento do hospital. Os recursos com restrições também estão vinculados a convênios estabelecidos com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos, bem como ao aumento do teto financeiro para procedimentos de média e alta complexidade, os quais são repassados por meio de emendas parlamentares, contribuindo assim para o custeio e a manutenção das atividades hospitalares.

7 Contas a receber

| Contas a Receber | 2024 | 2023 |
|---------------------------|-------------------|------------------|
| Créditos a Receber | 23.268.239 | 9.262.338 |
| Contas a Receber | 23.268.239 | 9.262.338 |

7.1 Composição do saldo

| | 2024 | | | 2023 | | |
|---|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| | Circulante | nãocirculante | Total | Circulante | nãocirculante | Total |
| Contas a receber | | | | | | |
| Convênios (i) | 5.056.990 | - | 5.056.990 | 5.371.057 | - | 5.371.057 |
| Sistema Único de Saúde- SUS(i) | 11.641.452 | - | 11.641.452 | 6.019.824 | - | 6.019.824 |
| Prefeitura Municipal de Araraquara (ii) | 10.214.296 | - | 10.214.296 | 1.376.975 | - | 1.376.975 |
| Pacientes particulares (i) | 30.727 | - | 30.727 | 35.666 | - | 35.666 |
| | 26.943.465 | - | 26.943.465 | 12.803.522 | - | 12.803.522 |
| Provisão para perdas sobre créditos | | | | | | |
| (-) PPSC (iii) - NÃO SUS | (2.441.208) | - | (2.441.208) | | | |
| (-) PPSC (iii) - SUS | (1.234.019) | - | (1.234.019) | (3.541.184) | | (3.541.184) |
| | (3.675.227) | - | (3.675.227) | (3.541.184) | | (3.541.184) |
| | 23.268.239 | - | 23.268.239 | 9.262.338 | - | 9.262.338 |

Quadro

- (i) Trata-se de direitos a receber pela prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS, Incentivo a Contratualização Hospital Ensino e Hospital Filantrópico, INTEGRASUS, Leitos de Retaguarda e do programa RIJE - Rede de Urgência e Emergência, Convênios não SUS e Particulares.
- (ii) Os valores a receber da Prefeitura Municipal de Araraquara (PMA) referem-se a convênios e diferenciais de extra teto de atendimentos aprovados pela PMA.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2999

- (iii) A provisão para perda sobre créditos com glosas de convênios e valores a receber da Prefeitura Municipal de Araraquara é realizada com base em análises de perdas históricas. A Entidade procedeu a revisão de do PPSC dos convênios não SUS e dos valores a receber dos SUS e Prefeitura Municipal constituída no montante de R\$ 3.675.227 dos títulos vencidos cuja expectativa de realização é duvidosa.
- Além dá provisão já constituída, no exercício de 2024 o departamento contábil e financeiro identificaram diversos títulos vindo de anos anteriores sem composição e expectativa de recebimento e com isso foi realizado a baixa destes títulos contra a conta perdas com créditos incobráveis no grupo das despesas.

7.2 Contas a receber de clientes por idade de vencimento

QUADRO

| | 2024 | 2023 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Avencer | 7.074.465 | 4.558.619 |
| Vencidas | | |
| Até 30 dias | 9.412.314 | 1.089.871 |
| De 31 a 60 dias | 2.244.292 | 115.470 |
| De 61 a 90 dias | 1.269.697 | 23.092 |
| De 91 a 180 dias | 3.267.470 | 60.927 |
| Acima de 180 dias | 3.675.227 | 6.955.543 |
| | 19.869.000 | 8.244.903 |
| | 26.943.465 | 12.803.522 |

8 Recursos de subvenções

| SUBVENÇÕES | 2024 | 2023 |
|--|----------------|-------------------|
| FEDERAL | 900.000 | 900.000 |
| CONVENIO 858391/2017 - EQUIPAMENTOS | 250.000 | 250.000 |
| CONVENIO 883481/2019 - EQUIPAMENTOS | 200.000 | 200.000 |
| CONVENIO 883490/2019 - EQUIPAMENTOS | 250.000 | 250.000 |
| CONVENIO 898739/2020 - EQUIPAMENTOS | 200.000 | 200.000 |
| ESTADUAL | - | 13.262.980 |
| CONVENIO 311/2020 S.C. SUSTENTAVEIS | - | - |
| CONVENIO 313/2020 PRO STA CASA | - | - |
| CONVENIO MAIS STAS CASAS - IMPLANTACAO - 179-1 | - | 311.248 |
| CONVENIO 1547/2022 MAIS STAS CASAS | - | 10.951.731 |
| CONVENIO 000727/2023 APOIO FINANCEIRO CRS - | - | 2.000.000 |
| TOTAL SUBVENÇÕES DE CURTO PRAZO | 900.000 | 14.162.980 |
| SUBVENCAO ESTADUAL A RECEBER | - | - |
| CONVENIO 00313/2020 PRO - S.C | - | - |
| TOTAL SUBVENÇÕES DE CURTO PRAZO | - | - |
| TOTAL SUBVENÇÕES | 900.000 | 14.162.980 |

Os valores de recursos vinculados a convênios referem-se a convênios firmados com o Ministério da Saúde para aquisição de equipamentos e ao incremento financeiro do teto de média e alta complexidade, que são repassados através de emendas parlamentares para o custeio e manutenção das atividades hospitalares.

9 Adiantamentos a Empregados

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|----------------------------|--------|---------|
| Adiantamentos a Empregados | 27.064 | 424.993 |

No final do exercício de 2024, a entidade apresentou um saldo referente a adiantamentos concedidos a empregados. Esses adiantamentos representam valores provisionados aos colaboradores antes do efetivo pagamento de salários ou benefícios na data findo.

10 Adiantamentos a Fornecedores

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|------------------------------|-----------|---------|
| Adiantamentos a Fornecedores | 1.295.564 | 818.682 |

No fechamento do exercício em 31 de dezembro de 2024, a entidade registrou um saldo de adiantamentos concedidos a fornecedores. Esses adiantamentos representam valores provisionados aos fornecedores antes do recebimento efetivo de bens ou serviços, conforme acordos comerciais estabelecidos e práticas usuais do setor.

11 Adiantamentos Diversos

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|------------------------|--------|---------|
| Adiantamentos Diversos | 44.128 | 449.532 |

No fechamento do exercício em 31 de dezembro de 2024, a entidade registrou um saldo de adiantamentos de pagamentos – seguro garantia.

12 Estoques

No final do exercício em 31 de dezembro de 2024, o estoque da entidade foi avaliado e registrado conforme as práticas contábeis. O estoque inclui materiais médicos hospitalares, medicamentos e outros itens essenciais para as operações hospitalares.

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|--|------------------|------------------|
| Estoques | | |
| Materiais Médicos e Hospitalares | 2.145.404 | 1.641.128 |
| Medicamentos | 2.179.223 | 1.856.757 |
| Outros | 649.153 | 557.685 |
| Total Estoques (Materiais Hosp. Medicamentos, Demais) | 4.973.781 | 4.055.570 |

13 Depósitos Judiciais e Fiscais

Ao final de 2024, a entidade possui depósitos judiciais e fiscais em instituições financeiras. Esses depósitos são destinados a garantir o cumprimento de obrigações legais decorrentes de processos judiciais em curso e disputas fiscais. O saldo pode variar conforme desfechos judiciais e fiscais. Esses valores são mantidos separados dos demais ativos e usados exclusivamente para fins legais. Segue quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|-------------------------------|-----------|---------|
| Depósitos Judiciais e Fiscais | 1.487.925 | 967.530 |

14 Investimentos Permanentes

Ao final de 2024, a entidade possuía investimentos discriminados como ações CPFL Energia S.A. Segue quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|---------------------------|---------------|------|
| Investimentos | 25.524 | - |
| Investimentos Permanentes | 25.524 | - |

15 Imobilizado

Segue abaixo a posição do ativo imobilizado findo em 31.12.2024 de acordo com o balanço patrimonial.

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Imobilizado | 83.911.334 | 83.054.373 |
| Bens sem Restrição | 88.130.550 | 86.845.428 |
| Bens com Restrição | 32.428.767 | 29.343.464 |
| (-) Depreciação Acumulada | (36.647.983) | (33.134.520) |

- Bens Sem Restrição:

| SEM RESTRIÇÃO | 31/12/2023 | Aquisições | Baixas | Ajustes | Transferências | 31/12/2024 |
|--|-------------------|------------------|--------------------|----------|----------------|-------------------|
| Terrenos | 36.195.684 | - | - | - | - | 36.195.684 |
| Edificações | 28.312.483 | - | - | - | - | 28.312.483 |
| Instalações | 1.849.815 | 12.645 | - | - | - | 1.862.460 |
| Equipamentos de informática | 962.023 | 382.018 | - 208.280 | - | - | 1.135.761 |
| Mobiliário | 3.422.014 | 377.794 | - 340.507 | - | - | 3.459.301 |
| Veículos | 222.342 | 26.000 | - | - | - | 248.342 |
| Máquinas, equipamentos e Instrumentais | 14.859.457 | 1.754.099 | - 704.636 | - | - | 15.908.920 |
| Bens de pequeno valor | 1.021.609 | - | - 14.011 | - | - | 1.007.599 |
| Total Sem Restrição | 86.845.428 | 2.552.556 | - 1.267.434 | - | - | 88.130.550 |



- Bens com Restrição:

| COM RESTRIÇÃO | 31/12/2023 | Aquisições | Baixas | Ajustes | Transferências | 31/12/2024 |
|---|-------------------|------------------|----------------|----------|----------------|-------------------|
| Edificações - centro de imagem | 1.368.538 | | | | - | 1.368.538 |
| Edificações - urgência e emergência | 413.861 | | | | - | 413.861 |
| Edificações - areas comuns | 299.147 | | | | - | 299.147 |
| Edificações - UTI | 48.234 | | | | - | 48.234 |
| Edificações - Suprimentos | 239.934 | | | | - | 239.934 |
| Edificações - Hotelaria | 3.768.848 | | | | | 3.768.848 |
| Edificações - Centro cirurgico | 1.719.741 | | | | | 1.719.741 |
| Edificações - Refeitório/sala descanso | 84.171 | | | | | 84.171 |
| Edificações - Clinica mater super | 208.340 | | | | | 208.340 |
| Movéis e utensílios | 176.981 | | - 2.470 | | | 174.511 |
| Maquinas e equipamentos | 8.781.508 | | | | | 8.781.508 |
| Imobilizações em curso - Oncologia | 3.170.392 | 194.335 | | | | 3.364.727 |
| Imobilizações em curso - Casa de força | 180.551 | | | | | 180.551 |
| Imobilizações em curso - Reforma UTI | 22.500 | | | | | 22.500 |
| Imobilizações em curso - CME | 637.562 | | | | | 637.562 |
| Imobilizações em curso - SPP | 158.428 | | | | | 158.428 |
| Imobilizações em curso - Reforma pronto | 871.562 | | | | | 871.562 |
| Amortização de rec dep sub edificações | 0,13 | | | | | 0,13 |
| Maquinas e equipamentos | 500.280 | | | | - | 500.280 |
| Imobilizações em curso - Novo Pavimento | 6.692.888 | 2.893.438 | | | | 9.586.326 |
| Total com Restrição | 29.343.464 | 3.087.773 | - 2.470 | - | - | 32.428.767 |

- Segue abaixo o mapa da depreciação;

| SEM RESTRIÇÃO | 31/12/2023 | Aquisições | Baixas | Ajustes | Transferências | 31/12/2024 |
|--|---------------------|--------------------|----------------|----------|----------------|---------------------|
| Edificações | - 12.171.434 | - 1.138.430 | | | | - 13.309.863 |
| Instalações | - 520.586 | - 74.118 | | | | - 594.703 |
| Equipamentos de informática | - 889.582 | - 29.871 | 5.827 | | | - 913.626 |
| Mobiliário | - 2.618.876 | - 291.967 | 68.357 | | | - 2.842.485 |
| Veículos | - 222.342 | | | | | - 222.342 |
| Máquinas, equipamentos e Instrumentais | - 6.178.532 | - 1.345.276 | 525.102 | | | - 6.998.706 |
| Bens de pequeno valor | - 682.936 | - 101.219 | 10.356 | | | - 773.799 |
| Sub - Total | - 23.284.287 | - 2.980.880 | 609.641 | - | - | - 25.655.525 |
| COM RESTRIÇÃO | 31/12/2023 | Aquisições | Baixas | Ajustes | Transferências | 31/12/2024 |
| Edificações - centro de imagem | - | | | | | - |
| Edificações - urgência e emergência | - | | | | | - |
| Edificações - areas comuns | - | | | | | - |
| Edificações - UTI | - | | | | | - |
| Edificações - Suprimentos | - | | | | | - |
| Edificações - Hotelaria | - | | | | | - |
| Edificações - Centro cirurgico | - | | | | | - |
| Edificações - Refeitório/sala descanso | - | | | | | - |
| Edificações - Clinica mater super | - | | | | | - |
| Maquinas e equipamentos | - | | | | | - |
| Maquinas e equipamentos conv 836937/2016 | - | | | | | - |
| Movéis e utensílios | - | | | | | - |
| Maquinas e equipamentos | - 7.024.668 | - 810.219 | | | | - 7.834.887 |
| Movéis e utensílios | - 91.238 | - 12.808 | 1.750 | | | - 102.296 |
| Imobilizações em curso - Novo Pavimento | - 0,11 | | | | | - 0,11 |
| Edificações | - 2.734.325 | - 320.949,36 | | | | - 3.055.275 |
| Sub - Total | - 9.850.231 | - 1.143.976 | 1.750 | - | - | - 10.992.458 |
| Total Geral das Depreciações | - 33.134.518 | - 4.124.856 | 611.391 | - | - | - 36.647.983 |

16 Intangível

No final de 2024, o ativo intangível da entidade inclui o direito de uso de software. Esse ativo representa custos incorridos com a aquisição ou desenvolvimento de software utilizado nas operações, sendo amortizado ao longo de sua vida útil estimada. A amortização é calculada de forma linear ou outro método apropriado e reconhecida como despesa operacional nas demonstrações financeiras. Avaliações regulares são realizadas para revisar a vida útil estimada e garantir a adequada amortização do ativo. Segue quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|-------------------------------|-----------|------------|
| Intangível | | |
| Direitos de Uso de Softwares | 787.530 | 787.530 |
| Direitos de Autor e de Marcas | | - |
| (-) Amortização Acumulada | (787.530) | (786.993) |
| Total Intangível | - | 536 |

17 Fornecedores e Prestadores de Serviço

Ao final de 2024, a entidade tem valores a pagar a fornecedores de bens e serviços, assim como honorários médicos, a serem liquidados no próximo exercício. Esses compromissos são resultantes de transações comerciais e prestação de serviços ocorridas no período, diferidos para o próximo período contábil por questões operacionais ou contratuais. Esses valores representam obrigações reconhecidas pela entidade, a serem pagas conforme acordos estabelecidos, refletindo o ciclo operacional e prazos normais de pagamento.

A Entidade tem realizado acordos com o objetivo de quitar dívidas com alguns fornecedores, onde foram obtidos descontos. O saldo do passivo não circulante refere-se aos acordos firmados entre a Entidade e os seus fornecedores.

| | 2024 | | | 2023 | | |
|---|-------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | <u>circulante</u> | <u>não circulante</u> | <u>total</u> | <u>circulante</u> | <u>não circulante</u> | <u>total</u> |
| Fornecedores de bens e serviços | 7.311.891 | 300.006 | 7.611.897 | 12.716.565 | 308.902 | 13.025.468 |
| Honorários e serviços médicos a pagar | 4.004.122 | - | 4.004.122 | 3.381.615 | - | 3.381.615 |
| Total de Fornecedores de Bens e Serviços | 11.316.012 | 300.006 | 11.616.018 | 16.098.180 | 308.902 | 16.407.082 |

18 Obrigações com Empregados

A Entidade em 31.12.2024, possui valores a serem liquidados no curto prazo referente as obrigações com empregados, sociais e trabalhistas conforme demonstrado abaixo:

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|--|------------------|------------------|
| Férias e encargos sociais | 4.236.477 | 3.764.364 |
| Salários a pagar | 2.398.734 | 2.111.963 |
| Encargos a recolher | 410.625 | 364.110 |
| Outras obrigações com pessoal | 76.442 | 54.619 |
| Total Obrigações com Empregados | 7.122.279 | 6.295.056 |

19 Obrigações Tributárias

Segue abaixo os valores que a Entidade possui valores a serem liquidados no curto e longo prazo referente as obrigações tributárias conforme demonstrado abaixo:

| | 2024 | | | 2023 | | |
|--|-------------------|-----------------------|------------------|-------------------|-----------------------|------------------|
| | <u>Circulante</u> | <u>Não circulante</u> | <u>Total</u> | <u>Circulante</u> | <u>Não circulante</u> | <u>Total</u> |
| Correntes | | | | | | |
| PIS/COFINS/CSLL Retido de prestadores de serviço | 525.358 | - | 525.358 | 200.897 | - | 200.897 |
| INSS Retido - Funcionários | 342.151 | - | 342.151 | 279.849 | - | 279.849 |
| INSS Retido - Prestadores de serviços | 7.917 | - | 7.917 | 12.208 | - | 12.208 |
| IRRF de Funcionários | 233.234 | - | 233.234 | 195.794 | - | 195.794 |
| IRRF de Prestadores de serviços | 201.767 | - | 201.767 | 78.317 | - | 78.317 |
| ISSa recolher | 13.452 | - | 13.452 | 8.284 | - | 8.284 |
| | 1.323.879 | - | 1.323.879 | 775.349 | - | 775.349 |
| Parcelamentos | | | | | | |
| | | 2024 | | | 2023 | |
| Parcelamento ANS | - | 94.440 | - | - | 97.233 | 97.233 |
| FGTS- Time mania(i) | 56.817 | 479.112 | 535.929 | 164.267 | 479.112 | 643.379 |
| Parcelamento Simplificado - PEPAR(ii) | - | - | - | 19.864 | 12.445 | 32.309 |
| Parcelamento ICMSAIM 4.122.755-4 | 7.770 | - | 7.770 | 8.546 | 8.546 | 17.093 |
| | 64.587 | 573.553 | 543.699 | 192.678 | 597.337 | 790.015 |
| Total Obrigações Tributárias | 1.388.466 | 573.553 | 1.867.578 | 968.027 | 597.337 | 1.565.363 |



(i) Os valores de FGTS se referem a parcelamento efetuado junto à Caixa Econômica Federal, com vigência pelo período de 9 de dezembro de 2007 a 9 de novembro de 2027 correspondente a 240 parcelas mensais.

(ii) Os valores incluídos no Parcelamento Prev. Simplificado referem-se a DEBCAD nº 37.354.475-8, 37.479.138-4 não incluídos no Programa PROSUS em 4 de julho de 2014, instituído pela Lei n. 12.873 de 24 de outubro de 2013. No dia 27 de março de 2019, a Entidade assumiu junto a Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da União o Parcelamento do Débito no valor total de R\$ 381.140 dividido em 60 parcelas onde em 2024 foi liquidado.

20 Empréstimos

Recursos captados junto a instituições financeiras, com garantias de cessão de créditos que a Entidade detém com o Ministério da Saúde (contrato SUS), destinados a capital de giro e alongamento de dívidas da Entidade, atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados conforme extratos disponibilizados pelas instituições financeiras. As variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras.

| Instituição/modalidade | Vencimentofinal | Taxa de juros | 2024 | | | 2023 | | |
|---------------------------------|-----------------|-----------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | | Circulante | Nãocirculante | Total | Circulante | Nãocirculante | Total |
| Santander-capital de giro | 2029 | de 0.84% a 0.95% a.m. | 3.962.370 | 19.171.247 | 23.133.617 | 4.599.809 | 23.205.278 | 27.805.087 |
| Santander - credito rotativo | | | 1.892 | | 1.892 | 2.030.097 | - | |
| Scoob Credicom- capital de giro | 2028 | | 1.171.950 | 2.762.887 | 3.934.838 | 1.717.587 | 3.459.649 | 5.177.236 |
| Bradesco | 2028 | | 2.779.331 | 4.982.576 | 7.761.907 | 1.828.383 | 6.536.654 | 8.365.037 |
| | | | 7.915.543 | 26.916.710 | 34.832.253 | 10.175.876 | 33.201.581 | 43.377.457 |

21 Subvenções a Realizar

No final de 2024, a entidade possui subvenções a realizar, que são benefícios financeiros concedidos por entidades governamentais. Esses valores representam recursos esperados, ainda não recebidos, destinados a apoiar atividades específicas da entidade. A contabilização segue normas contábeis e esses recursos serão reconhecidos como receita quando forem recebidos e as obrigações para sua concessão forem cumpridas.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
 AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
 TELEFONE (18) 3303.2999

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|---|------------------|-------------------|
| SUBVENCAO ESTADUAL A REALIZAR | 6.259.131 | 18.079.139 |
| CONVENIO 244/2015 S.C. SUSTENTAVEIS | - | 100.000 |
| CONVENIO 313//2020 PRO-SANTAS CASAS | - | - |
| CONVENIO 00311/2020 S.C SUSTENTAVEIS | - | - |
| CONVENIO MAIS STAS CASAS - IMPLANTACAO - 179-1 | - | 311.268 |
| CONVENIO 1547/2022 MAIS STAS CASAS | - | 12.480.155 |
| CONVENIO 1546/2022 SUBVENCAO | - | 121.250 |
| CONVENIO 000727/2023 APOIO FINANCEIRO CRS - | - | 5.066.466 |
| FUNDES-RESOLUÇÃO SS-158-4/07/2024 | 6.059.131 | - |
| EMENDA DEPUTADA ANDREA WERNER | 200.000 | - |
| SUBVENCAO FEDERAL A REALIZAR | 900.061 | 8.357.170 |
| CONVENIO 858391/2017 - EQUIPAMENTOS | 250.000 | 250.000 |
| RECURSO PROJETO TELEMEDICINA. | - | 27.959 |
| CONVENIO 883481/2019 - EQUIPAMENTOS | 200.000 | 200.000 |
| CONVENIO 883490/2019 - EQUIPAMENTOS | 250.000 | 250.000 |
| MINIST PUB DO TRABALHO - PROCURADORIA | - | 6.476.995 |
| MPT PROCESSO 0012168-81.2017.5.15.0006 | - | 0 |
| PORTARIA Nº 1424 - CREDENCIAMENTO TEMPORARIO | - | 33 |
| MPT PROCESSO 0011262-96.2014.5.15.0006 | - | 5.603 |
| PORTARIA Nº 1464 DE 30/06/2021 | - | 2.230 |
| PORTARIA MS/GM Nº. 404 - TERMO ADITIVO | - | 749.961 |
| CONVENIO 898739/2020 - EQUIPAMENTOS | 200.000 | 200.000 |
| EMENDA DEPUTADA MARA GABRILLI | 61 | - |
| MSAUDE - 905326/2020 | - | 194.389 |
| TOTAL SUBVENÇÕES A REALIZAR | 7.159.191 | 26.436.309 |

| Subvenção Estadual | | | |
|--------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| Convênio/ Portaria | Recebido (R\$) | Realizado (R\$) | Saldo (R\$) |
| 1547/2022 | 12.480.154,83 | 12.480.154,83 | 0,00 |
| 1546/2022 | 860.845,29 | 860.845,29 | 0,00 |
| 0727/2023 | 5.137.682,87 | 5.137.682,87 | 0,00 |
| 1146/2024 | 300.000,00 | 300.000,00 | 0,00 |
| 0158/2024 | 10.000.000,00 | 3.940.869,50 | 6.059.130,50 |
| 1369/2024 | 100.000,00 | 100.000,00 | 0,00 |
| 1367/2024 | 200.000,00 | - | 200.000,00 |
| TOTAL | 29.078.682,99 | 22.819.552,49 | 6.259.130,50 |



| Subvenção Federal | | | |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| Convênio/ Portaria | Recebido (R\$) | Realizado (R\$) | Saldo (R\$) |
| CONVÊNIO 858391/2017 | 250.000,00 | - | 250.000,00 |
| PROJETO TELEMEDICINA | 27.958,60 | 27.958,60 | - |
| CONVÊNIO 8883481/2019 | 200.000,00 | - | 200.000,00 |
| CONVÊNIO 883490/2019 | 250.000,00 | - | 250.000,00 |
| MPT PROC 0012168-81 | 0,09 | 0,09 | - |
| PORTARIA 1424 | 33,06 | 33,06 | - |
| MPT PROC 0011262-96 | 5.602,70 | 5.602,70 | - |
| PORTARIA 1464 | 2.230,33 | 2.230,33 | - |
| PORTARIA MS/GM 404 | 749.961,12 | 749.961,12 | - |
| CONVÊNIO 898739/2020 | 200.000,00 | - | 200.000,00 |
| EMENDA PAULO BILYNSKYJ | 300.000,00 | 300.000,00 | - |
| EMENDA MARA GABRILLI | 250.000,00 | 249.939,16 | 60,84 |
| MS-905326/2020 | 194.388,62 | 194.388,62 | - |
| EMENDA BALEIA ROSSI | 100.570,16 | 100.570,16 | - |
| EMENDA CEZINHA DE MADUREIRA | 200.688,70 | 200.688,70 | - |
| TOTAL | 2.731.433,38 | 1.831.372,54 | 900.060,84 |

22 Outros Valores a Realizar

No final de 2024, a entidade possui o grupo de contas outros valores a realizar. Esses valores representam recursos esperados, ainda não recebidos, destinados a apoiar atividades específicas da entidade. Segue quadro resumo abaixo:

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|--|-------------------|------------------|
| OUTROS VALORES A REALIZAR | | |
| CAMPANHA TODO CUIDADO CONTA | - | 20.325 |
| RECEITA A APROPRIAR - PARCERIA | - | 70.000 |
| PORTARIA Nº 3849 DE 29/12/2020 | - | 1.188 |
| S.E.S. AQUISICAO MEDICAMENTOS - KIT | - | 112.125 |
| PREF MUN ARARAQUARA - INCENTIVO | 6.959.403 | - |
| SUBVENCAO PREFEITURA DE GAVIAO | - | 488 |
| PRONON | 6.853.170 | 834.275 |
| MPSP-AUTOS 0006759-05.2019.8.26.0037 | 1.681.300 | - |
| Total Outros Valores a Realizar | 15.493.874 | 1.038.401 |



23 Provisão Para Contingências

As Provisões para contingências Cíveis e Trabalhistas provisionadas com saldo findo em 31.12.2024 conforme quadro abaixo:

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|---|-------------------|------------------|
| <u>Provisão p/ Contingências</u> | | |
| PROVISAO PARA CONTINGÊNCIA CÍVEL | 14.934.959 | 7.434.825 |
| PROVISAO PARA CONTIGÊNCIA | 2.720.560 | 1.440.631 |
| <u>Total Provisão p/ Contingências</u> | 17.655.520 | 8.875.456 |

A Entidade, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos e a análise das demandas judiciais pendentes.

Os valores provisionados classificados como contingências trabalhistas classificados como provável e provisionados cujo valor em 31.12.2024 foi de R\$ 2.720.560. Os processos trabalhistas classificados como possíveis foi o montante de R\$ 437.322,32.

Nota: As contingências cíveis os advogados em 2024, não realizaram os prognósticos (Provável, Possível e Remoto) para que a contabilidade poder realizar as análises, a contabilização e divulgação em nota explicativa, porém, foi reconhecido a provisão de todos os processos cíveis que não estavam sob acordos extrajudiciais e judiciais.

Essas ações estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais no montante de R\$ 1.487.925 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 967.530 em 2023.

24 Outros Débitos a Pagar

Segue abaixo os valores referente as contas do grupo Outros Débitos a Pagar com saldo findo em 31.12.2024.

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| ADIANTAMENTO DE CLIENTES | 164.577 | 2.277.085 |
| OUTROS DEBITOS A PAGAR | 5.088.816 | 4.467.462 |
| FINANC POR ARRENDAMENTO MAQ E EQUIP | | - |
| Outros Débitos a Pagar - CP | 5.253.392 | 6.744.547 |
| Outros Débitos a Pagar | | 122.500 |
| Outros Débitos a Pagar - LP | - | 122.500 |
| Total Outros Débitos a Pagar | 5.253.392 | 6.867.048 |

25 Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

É composto pelos valores de superávits e déficits acumulados ao longo dos anos, dos ajustes de avaliação patrimonial e ajustes de exercícios anteriores. Segue quadro abaixo:

| Descrição | Patrimonio Social | Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) | Superávit / Déficit acumulado | Total |
|--|---------------------|---------------------------------------|-------------------------------|-------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | (25.173.067) | 38.155.145 | (452.200) | 12.529.879 |
| Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social | (452.200) | | 452.200 | - |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 6.466.770 | | | 6.466.770 |
| Superávits / Déficit do Exercício | | | 30.649.564 | 30.649.564 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | (19.158.497) | 38.155.145 | 30.649.564 | 49.646.213 |

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2024, a Entidade efetuou ajustes de exercícios anteriores diretamente no patrimônio líquido, em conformidade com a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os ajustes referem-se, principalmente, à reclassificação de verba recebida em 2019 no valor de R\$ 6.476.995,29, anteriormente registrada como subvenção a realizar, e que foi corrigida para a rubrica de ajustes de exercícios anteriores no



patrimônio social. Adicionalmente, foram realizados lançamentos a débito e a crédito decorrentes da baixa de saldos antigos sem composição ou documentação hábil, identificados no processo de revisão contábil.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Referente ao valor de R\$ 38.155.145 foi o ajuste de avaliação patrimonial quando da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), cuja realização se dá mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária.

c) Superávits / Déficit Acumulado

Representa o Superávits / Déficit do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.

O Superávit apresentado do exercício de 2024 foi o valor de R\$ 30.649.564 e em 2023 um Déficit no valor de R\$ -452.199.

26 Pessoal e encargos

| DESCRIÇÃO | 2024 | 2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Salários e ordenados | 32.609.681 | 28.448.132 |
| Férias, 13º salário e rescisão trabalhista | 8.261.670 | 7.935.000 |
| Encargos sociais | 3.762.294 | 2.961.498 |
| Benefícios a funcionários | 5.227.997 | 4.078.979 |
| | 49.861.642 | 43.423.608 |

27 Outras receitas e despesas operacionais

| Outras receitas e despesas Operacionais | 2024 | 2023 |
|--|--------------------|------------------|
| Outras Receitas Operacionais | 5.911.239 | 5.107.324 |
| Reversão das Desp. c/ Contingências | - | 207.308 |
| Despesas c/ Contingências | (8.780.064) | (35.128) |
| Despesas Patrimoniais | (1.653.027) | (1.037.051) |
| Total | (4.521.852) | 4.242.453 |

28 Resultado financeiro líquido

| Receitas financeiras | 2024 | 2023 |
|--|--------------------|--------------------|
| Juros s/ Aplicações Financeiras | 1.098.650 | 601.122 |
| Rendimentos e variações sobre contas a receber | 665 | 158 |
| descontos obtidos | 112.696 | 71.147 |
| Outra receitas financeiras | - | - |
| Total Receitas Financeiras | 1.212.011 | 672.428 |
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre empréstimo de capital de giro e arrenc | (4.883.894) | (8.336.859) |
| Juros e multas sobre atraso | (940.841) | (160.629) |
| Despesas bancarias | (86.162) | (66.514) |
| Outras despesas | (38.697) | (16.394) |
| Total Despesas Financeiras | (5.949.595) | (8.580.396) |
| Resultado Financeiro Líquido | (4.737.583) | (7.907.969) |

29 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico, assim como as associações civis que prestam serviços conforme suas finalidades e sem objetivos lucrativos, disponibilizando-os ao grupo de pessoas a que se destinam. Para ser considerada uma entidade sem fins lucrativos, é necessário que não apresente superávit em suas contas, ou, caso ocorra em algum exercício, que o valor seja integralmente destinado à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos sociais, observadas as demais condições legais.



A entidade se enquadra como uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, gozando de isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso implica que qualquer desvio dos objetivos e finalidades da entidade, bem como o descumprimento das obrigações estabelecidas para entidades sem fins lucrativos conforme a legislação vigente, pode resultar na perda total ou parcial da isenção tributária.

A administração declara desconhecer qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a entidade, que está plenamente comprometida com o desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Ressaltamos que os registros contábeis, fiscais e trabalhistas, bem como as operações da entidade, estão sujeitos a auditorias das autoridades fiscais, podendo resultar em notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, dentro dos prazos prescricionais estabelecidos pela legislação aplicável.

30 Pis Sobre Folha de Pagamento

A entidade, qualificada como entidade filantrópica, recreativa, cultural, científica e uma associação, está desobrigada do recolhimento da Contribuição ao PIS com base no faturamento, conforme previsto na legislação tributária em vigor. Em vez disso, está sujeita ao recolhimento do PIS/PASEP incidente sobre a folha de salários, aplicando a alíquota de 1% sobre a mesma, conforme disposto na legislação específica.

É relevante mencionar que a entidade não realiza o recolhimento do PIS sobre folha de pagamento devido à sua condição de imunidade tributária e à certificação obtida junto ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme determinado na legislação tributária aplicável.



31 Benefício Fiscal Usufruído

Em conformidade com o art. 3º, IV da Lei Complementar nº 187/2021 e o art. 5º, IV do Decreto nº 11.791/2023, apresentamos os valores estimados dos benefícios fiscais usufruídos, referentes à imunidade das contribuições sociais sobre a receita e folha, vinculadas à atividade essencial da entidade.

| <u>Descrição</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Cota patronal de INSS, seguro de Acidente do Trabalho - SAT, Terceiros | 12.185.692 | 10.499.463 |
| Pis s/ Folha de Pagamento | 435.226 | 375.770 |
| COFINS sobre faturamento | 4.831.212 | 2.457.799 |
| Total | 17.452.130 | 13.333.033 |

32 Renúncia Fiscal

A entidade, em conformidade com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), informa que possui imunidade referente os seguintes tributos com base em sua renúncia fiscal:

- INSS Quota Patronal: Contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de salários dos funcionários da entidade;
- PIS sobre Receitas: Contribuição para o Programa de Integração Social incidente sobre o faturamento da entidade.
- PIS sobre Folha de Pagamento: Contribuição para o Programa de Integração Social incidente sobre a folha de salários da entidade.
- COFINS sobre Receitas: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidente sobre o faturamento da entidade.
- ISS sobre Receitas: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente sobre as receitas auferidas pela entidade.
- IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre os imóveis da entidade.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2999

- g) IPVA: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores incidente sobre os veículos da entidade.
- h) IRPJ: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica incidente sobre o lucro da entidade.
- i) CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidente sobre o lucro da entidade.
- j) IRRF sobre Aplicações Financeiras: Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre aplicações financeiras realizadas pela entidade.

Esses tributos estão sujeitos a renúncia fiscal ou benefícios fiscais concedidos conforme a legislação tributária em vigor. A entidade cumpre com as obrigações fiscais e contábeis relacionadas a esses tributos e benefícios fiscais, de acordo com as normas contábeis e fiscais aplicáveis.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (18) 3303.2999

33 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A entidade até 31.12.2024 se encontrava com certificado CEBAS vigente conforme detalhado abaixo:

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/08/2023 | Edição: 158 | Seção: 1 | Página: 150
Órgão: Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

PORTARIA Nº 644, DE 15 DE AGOSTO DE 2023

Prorroga a vigência da Portaria SAES/MS nº 861, de 09 de setembro de 2020, que defere o CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, com sede em Araraquara (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nos 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nos 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 502/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.120012/2020-32, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, CNPJ nº 43.964.931/0001-12, com sede no Araraquara (SP), deferido por meio da Portaria SAES/MS nº 861, de 09 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 177, de 15 de setembro de 2020, seção 1, página 101, em observância ao disposto no artigo 40, §1º, da Lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 23 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Fica a Entidade notificada para apresentar requerimento de renovação no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação, nos termos do disposto no artigo 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

RENOVAÇÃO DO CEBAS PARA 2025

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara, inscrita no CNPJ nº 43.964.931/0001-12, informa que realizou o envio da documentação exigida para renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, junto ao Ministério da Saúde, conforme protocolo no processo nº 25000.034608/2025-25.

Em 10/03/2025, foi emitida declaração oficial pelo Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, confirmando o recebimento da solicitação e o atendimento aos requisitos formais, conforme previsto na Lei nº 12.101/2009 e no Decreto nº 8.242/2014.

A entidade aguarda a conclusão da análise do mérito, mantendo-se em conformidade com os critérios legais exigidos para a continuidade da certificação e da imunidade das contribuições sociais.

34 Atendimento ao sistema único de saúde – SUS

Em atendimento a legislação a Entidade para o exercício de 2024 apurou percentuais de 90% de internações e atendimentos ambulatoriais voltados para o sistema único de saúde – SUS. Os 10% restantes são realizados para convênios particulares a atendimentos não relacionados com SUS. Segue quadro abaixo:

| | <u>2024</u> | | <u>2023</u> | |
|------------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | <u>Quant.</u> | <u>%</u> | <u>Quant.</u> | <u>%</u> |
| Atendimentos Ambulatoriais | | | | |
| Sistema único de saúde- SUS | 85.756 | 89,97% | 94.617 | 89,97% |
| Convênios/Particulares- não SUS | 9.560 | 10,03% | 10.548 | 10,03% |
| | <u>95.316</u> | <u>100%</u> | <u>105.165</u> | <u>100%</u> |
| Internações (Pacientes/dia) | | | | |
| Sistema único de saúde- SUS | 169.799 | 89,97% | 153.088 | 89,97% |
| Convênios/Particulares- não SUS | 18.930 | 10,03% | 16.878 | 10,03% |
| Total | <u>188.729</u> | <u>100%</u> | <u>169.966</u> | <u>100%</u> |



35 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, fornecedores e prestadores de serviços, empréstimos e financiamentos, e outras obrigações. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Entidade não mantém nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.

36 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração (Mesa Administrativa e Provedoria). Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, 794 - CENTRO - ARARAQUARA - SP- CEP 14801-150
TELEFONE (16) 3303.2999

37 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar seguros de prédios, instalações e veículos, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

ISCM - Araraquara/SP
Jéferson Luis Yashuda
Provedor

ISCM - Araraquara/SP
João Marcelo Zenatti
Diretor Tesoureiro

Diretor Tesoureiro

Provedor

Contador

EVANDRO JOSÉ DORNELAS
CRC: 1SP288665/O-2
CONTADOR



IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARARAQUARA
AVENIDA JOSÉ BONIFÁCIO, nº 794 | CENTRO | ARARAQUARA SP
14801-160 | TELEFONE: (16) 3303-2999

Patrimônio afetivo da cidade

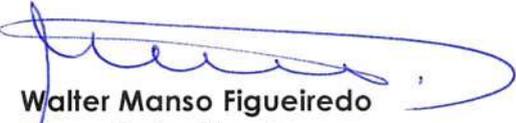
PARECER CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araraquara**, abaixo firmados, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, e em consonância com o Relatório dos Auditores Independentes, julgaram adequadas as referidas demonstrações apresentadas, com parecer favorável para sua aprovação.

Araraquara | SP, 28 de abril de 2.025


Aluisio Augusto Braz
Conselheiro Fiscal


Marcello Caramurú
Conselheiro Fiscal


Walter Manso Figueiredo
Conselheiro Fiscal